

## AGRICULTORES FAMILIARES, MEDIADORES SOCIAIS E A “PROBLEMÁTICA AMBIENTAL” EM AGRO-ECO-SISTEMAS

C. H. Gerhardt<sup>1</sup>; J. P. de Almeida<sup>2</sup>

A problemática e, mesmo o próprio *campo ambiental*, tem se apresentado como um espaço catalisador de um importante viés argumentativo acerca dos valores éticos, políticos e existenciais que têm regulado a vida individual e coletiva no decorrer do tempo. Obviamente, a recente tomada de consciência e o despertar global para a problemática ambiental atingiram, igualmente, a população brasileira. Tanto é assim que, ao longo dos anos 1970, 1980 e 1990, pôde-se assistir a uma ativa articulação de pessoas e instituições e cuja atuação crítica e engajada permitiu a ocupação, por estes agentes, de espaços políticos nos mais variados extratos da sociedade. Do mesmo modo, como parte deste processo, a opinião pública de um modo geral, acabou contribuindo a seu modo no processo de construção do *campo ambiental* através da incorporação, em certa medida, deste novo “repertório ecológico” recém gerado no país. Como resultado concreto deste processo de institucionalização da problemática ambiental, têm-se a transformação, por exemplo, da Amazônia, do Pantanal, da Mata Atlântica e de outros ecossistemas, em verdadeiros santuários ecológicos a serem “defendidos”, fenômeno que culminou com a criação de um grande número de parques, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental. Por sua vez, a poluição dos recursos hídricos, o uso de agroquímicos na agricultura, a produção e destinação do lixo urbano, a perda de biodiversidade, entre outros tantos problemas, adquiriram uma relevância anteriormente impensável. Além disso, como parte do processo de invenção da problemática ambiental, a mídia em geral (jornais, revistas, programas de televisão) começou também a dar especial atenção a estas questões; novas formas institucionais como ONG’s e certos movimentos sociais ligados à questão ambiental surgiram no horizonte político do debate; o poder legislativo foi forçado a elaborar novas leis e normas de conduta ambiental, e o poder executivo, a criar novas instituições e programas de conservação para o meio ambiente (por exemplo, coleta seletiva de lixo, tratamento de efluentes, etc.). Enfim, a partir das últimas três décadas, a sociedade civil brasileira se viu (em maior ou menor medida) envolvida por este fenômeno, no qual o que está em jogo é a produção de uma nova “ética” (ambiental), de uma nova concepção sobre meio ambiente e em que a natureza e sua preservação adquiriram importância e papel decisivos.

Não obstante, é sobretudo nos chamados espaços rurais e, mais especificamente, nos diferentes agro-eco-sistemas, que a problemática ambiental e as modificações que ela sugere estão cada vez mais presentes. Não se restringindo a um mero substrato onde se processam as lutas sociais, os agro-eco-sistemas conformam um ambiente aberto e diferenciado o qual, em alguma medida, encontra-se mais ou menos antropizado e mais ou menos delimitado temporal e espacialmente. Inseridas neste espaço, as relações sociais, o debate público, a história, a cultura e o simbólico misturam-se juntamente com aspectos biofísicos ligados às características geológicas, pedológicas, ecológicas, hidrológicas, climáticas, etc. (formando assim o que Latour, 1994, chama de “entes híbridos”).

Refletindo nesta direção, portanto, pode-se dizer que, apesar das constantes pressões e discussões a respeito da preservação da natureza provirem, na sua maior parte, dos meios urbanos, é principalmente nos ecossistemas menos antropizados (o “campo”, a “floresta”, o “mangue”, o “cerrado” etc.) onde ocorrem concretamente as transformações, os conflitos e as disputas mais dramáticas decorrentes deste processo de “sensibilização ecológica” (tanto em termos de modificações socioculturais, como também alterações físico-biológicas). Além do que, as transformações protagonizadas pelas populações envolvidas refletem um momento de transição entre uma situação anterior, quando a problemática ambiental não existia, para elas, enquanto construção social consistente e conscientemente identificável, e outra posterior, quando esta questão se coloca objetivamente através do aparecimento de novas forças externas inscritas, por exemplo, nas proibições legais, nas determinações governamentais e no redirecionamento de estratégias dos órgãos de extensão. Diferentemente das regiões mais urbanizadas, e pela própria característica dos agro-eco-sistemas, onde as fronteiras entre o homem e o meio natural ainda não foram totalmente estabelecidas pelo *paradigma da modernidade*, as modificações originárias das lutas advindas do *campo ambiental* são substancialmente mais profundas e radicais.

Isto se deve ao fato de as novas demandas, que visam limitar os impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente, implicarem, necessariamente, redirecionamentos produtivos, apropriação de novos conhecimentos e tecnologias e internalização de comportamentos e valores por parte dos distintos grupos sociais. Ao mesmo tempo, as próprias peculiaridades inerentes ao agro-ecossistema acabam também impondo uma diversidade de dispositivos sobre a dinâmica social que ali se desenvolve. No entanto, devido a uma série de fatores relacionados ao meio cultural onde estão imersos os agentes sociais envolvidos, este processo não ocorre de maneira homogênea. Isso acontece em casos como: o cumprimento ou não de determinadas leis (ambientais) pelos agricultores; o nível de assimilação ou rejeição de certas readequações a serem introduzidas nos seus sistemas de produção; a sua capacidade de negar ou incorporar novos valores ecológicos; a qualidade da atuação dos mediadores sociais junto aos agricultores. Enfim, isso representa que, por trás das distintas possibilidades que se abrem aos agentes nos agro-eco-sistemas, existe um importante contexto repleto de ambigüidades e que acaba por conferir um caráter extremamente diferenciado ao fenômeno de “ecologização” nestes locais.

Com toda certeza, este processo está relacionado à incontável diversidade de valores, ideais, representações, mitos, ideologias, aspirações, percepções, lógicas produtivas, histórias de vida, necessidades socioculturais e econômicas das populações humanas que vivem nestas regiões. Do mesmo modo, relaciona-se com uma variedade de peculiaridades

fundiárias, físicas e biológicas próprias àquelas realidades (tais como a extensão em área das propriedades, os sistemas de cultivo e de produção adotados, a topografia e as características de solo, clima e vegetação). Mas tem relação também, e sobretudo, com os diversos objetivos (muitas vezes opostos) dos agentes, das entidades e das organizações governamentais ou não) legitimamente autorizadas a posicionarem-se sobre a problemática ambiental nos agro-ecossistemas.

O amálgama formado por todos estes elementos, confrontados com as demandas externas provenientes das discussões surgidas a partir do *campo ambiental*, irá delinear, nestas regiões, uma verdadeira “fábrica de interesses”. Visto desta forma, a capacidade dos grupos sociais de incorporar, modificar e recriar novos significados sobre o meio ambiente, está indissociavelmente relacionada, além das macrodeterminações provenientes da problemática ambiental, às suas trajetórias sociais (que dão sustentação a toda uma construção simbólica do real), aos seus modos de vida (em contínuo processo dinâmico de reelaboração) e às condições econômicas, sociais e físicas particulares da realidade da qual fazem parte. O resultado desta heterogeneidade é o surgimento de uma complexa teia social no qual estarão participando toda uma gama de agentes (agricultores, técnicos, prefeitos, burocratas, médicos, educadores, lideranças sindicais, atravessadores, comerciantes em geral) e instituições (prefeituras, sindicatos, bancos, associações, cooperativas, ONG’s, órgãos de extensão, jornais). Em contrapartida, a inesgotável multiplicidade de pontos de vista que podem ser assumidos por estes agentes (em especial, por agricultores e pelos mediadores sociais que atuam nos agro-ecossistemas) confere a este espaço uma substancial diversidade em termos de percepções/ações (as *representações*) sobre o meio ambiente.

Isto pode ser verificado em várias situações. Apesar de estarem todos sujeitos às pressões das agendas da sociedade sobre os problemas ambientais (protagonizadas pelas entidades de proteção da natureza, pelo Estado, a opinião pública, as leis, a mídia etc.), os condicionamentos a que estão expostos agricultores que vivem dentro de um reserva ecológica, não são nem de longe os mesmos dos outros agricultores situados em áreas distantes desta mesma unidade de conservação. Da mesma forma, o modo como serão tratadas as questões ambientais na relação deflagrada entre agricultores e extensionistas será completamente diferente do enfoque dado em um outro tipo de relação que se estabelece entre agricultores e educadores ambientais. Ou, ainda, a idéia básica de que é preciso conservar o meio ambiente, em um agro-ecossistema com forte presença de instituições promovendo a valorização das questões ambientais e ecológicas ou identificadas com os interesses de boa parte da “população nativa” (conferindo, portanto, um “capital social” diferenciado nestas realidades), será totalmente diversa de outro agro-ecossistema onde tal característica inexistente.

Portanto, ao cruzar esta variabilidade com a lógica conflitual sugerida pelo *campo ambiental*, nota-se que o processo de apropriação, interiorização e reestruturação cognitiva de novos valores mais “ecológicos”, não irá apresentar um sentido único e predeterminado nos agro-ecossistemas. Pelo contrário, enseja oposições e embates dissonantes derivados da interpretação muito particular da problemática ambiental pelos agentes que participam do debate e que são responsáveis pela geração de novas superfícies de atrito entre os imperativos do *campo ambiental* e os conflitos deflagrados concretamente nos agro-ecossistemas (Habermas, 2000, p.484-496). O resultado disso será a instalação de um difuso ambiente de lutas, ou melhor, de uma complexa rede de relações em que o que está em jogo é a legitimação de certos *repertórios discursivos* (Fuks, 1998) sobre o meio ambiente. Será do embate entre os diferentes argumentos utilizados pelos agentes dentro dos agro-ecossistemas que a problemática ambiental pode vir à tona e se materializar enquanto um problema social reconhecido pela sociedade. Como afirma Fuks (1998, p.89-94):

*“As versões a respeito de um determinado assunto público elaboradas no contexto de disputas localizadas, (...) as quais fornecem amplos repertórios argumentativos para a elaboração de ‘relatos a respeito de eventos significativos’, (...) funcionam como um potencial espaço argumentativo de ação e debate onde ocorre o processo de definição dos problemas sociais e temas emergentes e salientes.”*

Neste sentido, é preciso reconhecer que as percepções/ações dos agentes não podem ser totalmente explicadas simplesmente através da identificação de certas determinações macrosociais. Reconhece-se, de fato, que estes aspectos têm peso e fazem parte do processo de definição cognitiva dos agentes envolvidos. Em um certo sentido, esta é a base, a substância do conflito. Como decorrência disso, é certo afirmar que a conformação de conflitos nos agro-ecossistemas só é possível devido a todo um processo de objetivação desencadeado dentro do *campo ambiental*. Entretanto, nestes espaços em especial, um fenômeno particular trazido pela problemática ambiental será exatamente a conformação de uma zona discursiva na qual as contradições e disputas do próprio campo aparecem de forma visível e tomam outros rumos que não somente aqueles apontados de “fora”. Todo um “ambiente de crise” é gerado, sendo que este funciona como catalisador de perturbações sociais e de incertezas reveladoras dos antagonismos e solidariedades existentes em um determinado agro-ecossistema. Com isto, a estabilidade conferida pelo sistema social, econômico, político e simbólico, no qual os agentes locais encontram-se imersos e que dita, em última análise, o grau de participação, distribuição e abertura cultural destes agentes, é obrigada a enfrentar certas “dificuldades”, decorrentes da injunção do *campo ambiental*, para manter tal modelo de organização. “Neste contexto, é permitido imaginar que os atores sociais tornam-se imprevisíveis, mesmo, no caso extremo, passivos totais ou quase totais, o que, paradoxalmente pode aqui ser considerada uma prática ativa” (Almeida, 1999, p.40). Não se trata, contudo, de adotar um ponto de vista unicamente voltado para a ação e interação dos agentes, mas, antes disso, considerar a dimensão local da dinâmica de incorporação social da variável ambiental.

Portanto, preservando o caráter universalista da temática ambiental presente na idéia de *campo ambiental*, é possível buscar uma complementação através do resgate da sua dimensão microsociedade, estando esta organizada segundo um conjunto de ações, demandas e argumentos veiculados pelos agentes em conflito. “Disso se conclui que a definição de meio ambiente enquanto problema social não é apenas resultado de uma universalidade conceitualmente deduzida, mas

*depende, igualmente, de disputas localizadas que, em condições ideais, envolvendo uma participação socialmente difusa, apontam para a universalidade socialmente construída*” (Fuks, 1998, p.93).

Esta dimensão local dada pela problemática ambiental enquanto problema social é o objeto específico de investigação desta pesquisa, cujo foco recai sobre as disputas cristalizadas entre agricultores familiares e mediadores sociais. Mas, pode-se perguntar, se há um ambiente de lutas deflagrado pela problemática ambiental nos agro-eco-sistemas, quais os possíveis sentidos específicos que estas transformações podem adquirir nestes espaços? A primeira vista, como resultado deste processo, pode-se apontar para duas grandes direções contraditórias e que tendem a polarizar as discussões dentro do *campo ambiental*. De um lado, a problemática ambiental pode apresentar, sem dúvida, um caráter transformador/dinamizador nos agro-ecossistemas, atuando no sentido da construção de novas relações econômico-produtivas menos dependentes, por exemplo, das determinações do mercado. Além disso, este pode funcionar também como um componente importante no processo de emancipação dos diferentes agentes e grupos sociais quanto às relações de dominação a que estão sujeitos.

Sob esta perspectiva, a potencialização de novas sensibilidades para o *ambiental*, nos agro-eco-sistemas, apresenta-se interessante também do ponto de vista social e político. Visto que sua interferência parece desencadear uma certa perturbação nas dinâmicas locais, instala-se, aí, muitas vezes, uma espécie de “desassossego”, o qual funciona como impulso necessário para o processo de desencadeamento de novos espaços políticos e fóruns de debate. Em certos contextos, devido a uma desestabilização da estrutura organizativa desde o próprio interior das suas realidades socioculturais e políticas, a introdução desta temática implica, por exemplo, a quebra de certas hegemonias políticas, o surgimento de novas lideranças ou, ainda, o desencadeamento de processos inéditos envolvendo a organização coletiva de agricultores e outros agentes sociais (em associações, cooperativas, grupos de trabalho e parcerias de toda ordem). Neste sentido, sua atuação pode significar, eventualmente, o enfraquecimento de determinadas forças políticas “conservadoras” (geralmente pouco sensíveis à incorporação de novos valores ecológicos) em detrimento de outros agentes até então marginais ou minoritários em termos de participação nas decisões locais. Deste modo, muitas vezes, antigas “lideranças tradicionais” são obrigadas a ceder espaço para outros grupos como, por exemplo, técnicos de ONG’s, educadores em geral, líderes comunitários, meios de comunicação locais, associações de proteção à natureza, funcionários públicos ligados aos governos estaduais e federal ou mesmo os chamados *neo-rurais*, como turistas, donos de sítios de lazer, etc. Estes novos agentes, detentores de um *capital* social e simbólico diferenciado, agora legitimamente reconhecidos, acabam contribuindo no sentido de subverter e ampliar certos modos de pensar a realidade e o meio ambiente (os *habitus*, segundo Bourdieu, 1998) que até então estariam preponderando nos agro-ecossistemas. Em outras palavras, acabam agindo de modo a corromper certas arbitrariedades que, anteriormente a sua chegada, pelo processo de acostumação engendrado através da produção de um novo sentido comum sobre as coisas, eram tidas como “naturais” ou “normais”.

Indo nesta direção, outro efeito interessante nos agro-eco-sistemas é o fato desta problemática acabar possibilitando aos agricultores e demais grupos sociais, consolidar e redefinir certos modos de pensamento que, historicamente, foram constituindo suas representações sobre o meio ambiente e que, até então, não podiam se manifestar de forma explícita e consciente. Este fenômeno revela-se no fato de o caráter *inventado* da problemática ambiental permitir que certas práticas adotadas pelos agricultores sejam, por exemplo, legitimamente reconhecidas (pela sociedade e por eles mesmos) como detentoras de uma especificidade “ecológica”.

Também explica em parte por que, nos últimos trinta anos, em certas realidades “rurais”, alguns agricultores detentores, já há muito tempo, de uma sensibilidade ecológica interessante e muito próxima dos postulados propagados por vários ambientalistas e ecologistas, começaram a ver suas práticas (e seus modos de vida) resgatadas e valorizadas como tal. Além disso, o caminho inverso também é verdadeiro. Como agricultores e mediadores sociais são levados a contrapor ou absorver o debate público no seio do *campo ambiental*, estes mesmos agentes, e também a sociedade como um todo, acabam vendo serem resgatadas certas idéias e princípios (morais, religiosos, ideológicos ou mesmo étnicos) até então tidos como minoritários ou pouco relevantes. Com isto, a construção permanente da ética ambiental contemporânea acaba tendo como protagonista não somente o ambiente “urbano”, podendo derivar também de espaços menos privilegiados politicamente como os agro-eco-sistemas, ou seja, ocorre, neste momento, um movimento contrário ao que teoricamente deveria ocorrer, visto que as forças dominantes e em termos de imposição de representações sobre o meio ambiente provêm sobretudo dos meios urbanizados sediados nas grandes cidades. Enfim, como se pode notar, por trás deste processo de resignificação do arcabouço da cultura e da história que determinados agricultores detém consigo, encontra-se um mecanismo desestabilizador provocado, nos agro-eco-sistemas, pela interferência do *campo ambiental*.

Contudo, por outro lado, as modificações trazidas pelo “despertar ecológico” e pela institucionalização da problemática ambiental, podem, da mesma forma, não se revelar necessariamente tão positivas para a melhoria das condições de conservação ambiental e da qualidade de vida dos indivíduos nos agro-eco-sistemas. Quer dizer, se se deve reconhecer que a problemática ambiental apresenta um caráter transformador, esta transformação apresenta-se paradoxal. Isto, porque as novas arbitrariedades (simbólicas, sociais, culturais, econômicas e produtivas) por ela impostas, exigem dos agricultores e demais grupos sociais uma aguda reconversão.

Como pôde perceber Gehlen (1998, p.4), ao estudar as diferentes racionalidades existentes dentro do contexto da agricultura familiar, “os contatos entre identidades culturalmente diferentes são sempre tensos e geradores de conflitos no campo das idéias e dos valores”. Neste sentido, a sobreposição de uma ótica essencialmente “urbana” nos agro-eco-sistemas, implica a desestruturação de culturas e modos de vida extremamente diversificados. Sob este ponto de vista,

pode-se imaginar o impacto gerado pelas imposições ambientais na estrutura de vida e na racionalidade dos diversos grupos sociais que vivem nestas áreas.

No caso específico dos agricultores, por exemplo, este fenômeno pode levar a mudanças do tipo: deixar de caçar animais; não desmatar ou queimar florestas nativas; diminuir (ou eliminar) o uso de agrotóxicos; adotar medidas de aproveitamento e tratamento do lixo produzido; valorizar o patrimônio cultural e social da região (suas tradições, costumes, paisagens); aumentar sua auto-estima enquanto agricultor; e intensificar sua participação e politização de modo a interferir nos processos decisórios regionais. Mas pode, da mesma forma, conduzir a outras conseqüências menos “nobres”, tais como: diminuição da renda a curto e médio prazo devido às imposições legais e/ou à falta de condições econômicas, ecológicas e/ou de conhecimento técnico apropriado; favorecimento de certos grupos de agricultores (por exemplo, os que não possuem terras em áreas protegidas ou os “mais aptos” a aceitarem mudanças) em detrimento de outros; diminuição do capital social pela eliminação de conhecimentos, tradições, festas, crenças, atitudes e comportamentos, enfim, de modos de vida; e, no limite, migração devido a não adaptação às exigências impostas.

Sobre este processo, Diegues (1996, p.20), analisando especificamente o fenômeno de instalação de unidades de conservação, mas que pode ser estendido, de modo geral, para o caso da interferência da problemática ambiental nos agro-eco-sistemas, alerta que, na maioria das vezes, as tentativas de incorporar os agricultores às políticas ambientais, “*visam simplesmente minimizar os conflitos potenciais ou existentes e não realmente oferecer alternativas viáveis de subsistência às populações (...). Quando a presença dessas populações é ‘tolerada’, as limitações ao uso tradicional dos recursos naturais são de tal monta que os moradores não têm outra alternativa senão migrar ‘voluntariamente’, engrossando o número de favelados e desempregados das áreas urbanas.*” (Diegues, 1996, p.20). Aliado a isto, está o próprio modelo agrícola produtivo moderno e sua consolidação como forma predominante de agricultura nos últimos 30-40 anos<sup>7</sup>. Este fenômeno, ao mesmo tempo que faz avançar novos padrões tecnológicos, provoca transformações que “*não se restringem, como é comum se dizer, apenas às modificações ocorridas na base técnica de produção, na substituição das técnicas agrícolas ditas tradicionais por técnicas ‘modernas’, na substituição do burro pelo trator, do estrume pelo adubo*” (Grazião Neto, 1982, p.26). Mais do que isto, provoca, também, alterações, por exemplo, na organização dos sistemas produtivos praticados, nas relações sociais e culturais das populações atingidas e, logicamente, nas relações do ser humano com o meio ambiente e a natureza.

Em síntese, isso significa que o processo de modernização não é um processo estandarizado e igualitário, pois a maior parte dos agricultores não irá absorver integralmente os pacotes tecnológicos modernos, resguardando para si parte da lógica interna a uma forma de agricultura vinculada a valores ditos *tradicionais*. Especificamente no caso dos processos de modernização, um tipo de projeto que pretende implementar uma fórmula baseada na simples maximização dos recursos disponíveis (sejam eles naturais ou não) visando aumentar o consumo de bens de capital (fertilizantes, máquinas, agrotóxicos, sementes, etc.) pelas unidades produtivas, terá pela frente toda uma *história incorporada* que, para o pensamento tido como “moderno”, deveria deixar de existir mas que, todavia, continua subsistindo hibridamente nos seus interstícios mais recônditos. Por exemplo, somente porque um agricultor passou a utilizar-se de tecnologia de ponta, altamente sofisticada, e de uma lógica capitalista que visa primeiramente aumentar a produtividade e seus rendimentos financeiros, isto não significa que ele deixou de ir à missa aos domingos; que renunciou completamente ao esquema familiar e patriarcal de produção (que, do ponto de vista capitalista, nem sempre pode ser considerado o mais “racional”); que se esqueceu dos ensinamentos e tradições legados por seus pais e avós; que eliminou das relações sociais que estabelece com seus vizinhos e demais interlocutores qualquer tipo de ligação pessoal do tipo paternalista, clientelista, de parentesco, de ajuda mútua, etc.; enfim, que perdeu todo e qualquer vínculo com a dimensão simbólica e mitológica da vida. Proceder desta forma seria não considerar o fato de, da mesma forma que para um camponês medieval do século XIII ou para um Mbya Guarani de hoje, também para um horticultor tecnificado e totalmente inserido ao mercado que viva nas várzeas do Rio Maquiné/RS<sup>8</sup>, a perspectiva da modernidade carrega consigo novas ontogêneses ao mesmo tempo míticas e filosóficas e que irão produzir o que, para Morin (1986), são *neomitos*: “*O neomito reintroduz a explicação pelo vivo, o singular, o concreto onde reina a explicação pelo físico, o geral, o abstrato. Mas é o concreto vivido que, infiltrando-se na idéia abstrata ou geral, a torna viva. Não reintroduz os deuses e os espíritos. Espiritualiza a idéia a partir de seu interior. Não retira o sentido racional da idéia parasitada. Inocula-lhe uma sobrecarga de sentido, que a transfigura.*” (1986 *apud* Diegues, 1996, p.58).

Portanto, a dessacralização incessante que o processo de modernização capitalista da agricultura promove nos agro-ecossistemas, apesar de alterar o conteúdo da vida espiritual e subjetiva dos agricultores, não rompe totalmente com as matrizes da imaginação destes indivíduos. Isto é visível em várias realidades onde permanece ainda muito viva, mesmo que na forma parcializada e desfigurada de um novo *habitus* dos agricultores e mediadores, toda uma história incorporada pela *tradição*, ou melhor, pelo que pertence ao *tradicional*.

Contudo, o importante a considerar aqui é que, de forma análoga, este processo é válido e se estende também para o caso da chegada de novos valores ditos “ecologicamente corretos”, ou seja, quando a problemática ambiental se instala nos agro-eco-sistemas, ela necessariamente irá incidir também sobre formas de ver o mundo que, por um lado, preservam parte da antiga ótica ligada à *tradição*, ao passado (longínquo e recente) e às experiências de vida dos agricultores e mediadores sociais. O resultado mais visível deste fenômeno será o choque entre as demandas modernizantes da chamada *Revolução Verde* e os imperativos éticos introduzidos através das discussões em torno da problemática ambiental. Em síntese, o que ocorre é que ambas as forças irão, é evidente, friccionarse seguindo direções contrárias, sendo que a primeira pressiona os agro-eco-sistemas no rumo da utilização máxima dos “recursos naturais” disponíveis e a segunda no

sentido da preservação de tais “recursos””. Se se somar a este processo, a capacidade de resistência dos agentes sociais nos agro-eco-sistemas tanto em uma como em outra direção, um cruel dilema interpõe-se aos agricultores e às populações rurais em geral: como conciliar as exigências de uma agricultura essencialmente produtivista às determinações e restrições que a problemática ambiental tem crescentemente imposto? Isto se verifica, por exemplo, na contradição entre o estabelecimento de leis ambientais que limitam o desmatamento e a necessidade de os agricultores aumentarem sua produção (em escala); nas pressões para que haja um controle das embalagens de agrotóxicos e a ausência de um destino adequado para estas; no incentivo à diminuição do uso de agroquímicos e a crescente necessidade de aumento no número de aplicações para obtenção de maiores rendimentos; e no apelo (por parte da mídia, dos técnicos, etc.) para que os agricultores mantenham uma postura “harmoniosa” com a natureza em contraposição à idéia, muitas vezes também afirmada, desta servir apenas como mero fator de produção. Isto significa que, a um tipo de visão mais “otimista”, contrapõe-se um segundo movimento. Esta outra possibilidade tende a apontar a interferência da problemática ambiental nos agro-eco-sistemas como um dispositivo diminuidor da capacidade reprodutiva (no tempo e no espaço) das populações que lá vivem e como um fator que contribui para o aumento das desigualdades sociais já existentes. Em outras palavras, este novo elemento agiria preservando interesses apenas daqueles indivíduos e grupos com maior capacidade de absorver tais modificações, reproduzindo, desta forma, a antiga imagem do agricultor como apenas um mero depósito (receptor e reprodutor) de informações e detentor de conhecimentos e práticas “atrasadas”. Segundo esta mesma perspectiva, portanto, fica evidente que, em muitos casos, parece não estar havendo uma confluência entre as necessidades e interesses de boa parte dos agricultores e demais agentes sociais e as novas representações coletivas incluídas nos debates ocorridos no seio do ainda nebuloso *campo ambiental*. Pelo contrário, amplia-se cada vez mais a quantidade de disputas e conflitos gerados nos diferentes agro-ecosistemas pela introdução deste tema como fator de reorganização de práticas e percepções sobre o meio ambiente.

Exemplo disso são as várias implicações que surgem para os agricultores devido à quantidade de novas demandas requeridas no sentido de diminuir os impactos por eles causados sobre os espaços naturais. A esta categoria social é imposta uma série de “novidades” antes ausentes, como, por exemplo: necessidade de reorganização dos seus sistemas produtivos (com a mudança de manejos, de práticas e de sistemas de cultivo); necessidade de readequação econômica (com a perda de parte da capacidade produtiva devido à diminuição das áreas próprias para uso agrícola ou, ainda, proibição do uso de certas técnicas, implementos e insumos); necessidade de aquisição de novos conhecimentos e informações (tanto sobre a própria legislação com também sobre alternativas de produção); necessidade de incorporação de toda uma nova matriz cultural (com a imposição dos novos valores ditos “ecológicos”) distinta daquela herdada através de seus antepassados ou construídas a partir dos processos de modernização. Como consequência, aqueles indivíduos e famílias que não conseguirem adaptar-se a estas novas demandas, acabam se vendo encurralados, restando-lhes poucas alternativas. Um dos efeitos imediatos que pode ser percebido nestes casos é a óbvia diminuição da qualidade de vida destas populações pela redução na sua capacidade de uso da terra e demais recursos naturais. Mas, junto com isto, também todo um cabedal de conhecimentos sobre o meio onde vivem, sobre tecnologias patrimoniais e seculares anteriormente desenvolvidas, sobre os ciclos biológicos locais, enfim, sobre todo um modo de vida, acaba sendo dilacerado. Isto sem falar na marginalização ou mesmo total exclusão destes indivíduos dos agro-eco-sistemas devido à incapacidade de manterem-se nas suas unidades produtivas, contribuindo, assim, para o aumento dos núcleos de pobreza urbanos. Além disso, outro ponto relevante que esta passagem acaba indicando é exatamente esta característica ambígua e contraditória que a problemática ambiental normalmente tende a assumir nos agro-eco-sistemas. Quer dizer, se por um lado a introdução de novos valores ecológicos pode se mostrar interessante aos agricultores, por outro, estes mesmos valores, através das decorrentes restrições ambientais a eles impostas, também pode colocar estes agentes em situações extremamente dramáticas do ponto de vista da sua sobrevivência. Quanto às especificidades dos conflitos em torno do meio ambiente, estes se assemelham muito, em termos qualitativos, às lutas deflagradas dentro do *campo ambiental* como um todo. Também nos agro-eco-sistemas, percebe-se que a problemática do meio ambiente gira em torno dos debates centrados na disputa por dizer e impor o que pode ser “usado” e o que deve ser “preservado” em termos de meio ambiente, qual o sentido a ser dado às políticas ambientais postas em prática e quais *representações sociais* irão preponderar sobre a idéia de meio ambiente. Como consequência, portanto, a todo momento, estes agentes sociais estarão sendo chamados a se posicionarem, mesmo que particularmente interessados em disputas específicas e localizadas, sobre a problemática ambiental. Neste sentido, pode-se dizer que, de modo geral, não há grandes diferenças qualitativas entre o que está sendo disputado dentro dos grandes centros de debate promovidos pelo *campo ambiental* e nos agro-eco-sistemas. Tanto para o meio científico, como para as instituições públicas estatais, os órgãos de fiscalização, as entidades não-governamentais, os profissionais da área e demais agentes interessados no assunto (como, por exemplo, os agricultores), o que está em questão é a própria definição dos sentidos a serem conferidos à problemática ambiental. O que ocorre é que este processo se objetiva de maneira diferenciada nas variadas formas que as políticas ambientais a serem executadas podem tomar em nível regional e local. Ou, dito de outra forma, a reinterpretação e a definição dos significados atribuídos à idéia de meio ambiente nos agro-eco-sistemas, irão conter propósitos variados e não só riginários dos pensamentos dominantes (do *habitus*) do *campo ambiental*. Estes propósitos irão depender, também, do jogo de forças que se desenrola nestes espaços. Do mesmo modo, o próprio *campo ambiental* encontra-se continuamente alimentado pelo somatório destas experiências particulares, as quais chegam, na sua maioria, através da leitura feita a partir dos mediadores sociais que lá atuam ou de seus representantes mais próximos. Isso, obviamente, influenciará nos debates mais amplos. Entrementes, ao ampliar-se o campo de análise sobre este processo, e apesar de reconhecer a real pertinência do debate público sobre quais dos dois movimentos antagônicos apresentados deve prevalecer nos agro-eco-

sistemas (para o “bem” ou para o “mal” dos agentes sociais envolvidos), esta questão revela-se um tanto maniqueísta, acabando por encobrir alguns dos verdadeiros mecanismos que estão por desencadear ambos os processos. Por exemplo, o fato de haver uma sobrecarga de “responsabilidades” sobre um grupo social em especial: os agricultores; ou, ainda, a existência de certos agentes “privilegiados” em termos de orrelação de forças nos agro-eco-sistemas: os mediadores sociais. No caso do primeiro grupo, este é, sem dúvida, um diferencial importante e muito característico dos agro-eco-sistemas, pois o conteúdo das políticas ambientais a serem implementadas (e que são resultado das disputas dentro do *campo ambiental*) estarão sendo colocadas diretamente sobre e para estes agentes envolvidos. São os agricultores efetivamente que estão se apropriando do meio natural e utilizando seus “recursos”. Logo, são também eles que agem diretamente sobre o meio ambiente, ou seja, configuram-se como os principais “sujeitos” de transformação direta dos agro-eco-sistemas. Portanto, serão os agricultores, através das práticas de manejo que integram seus sistemas de cultivo e de criação, os encarregados de “testar” as “novidades” originadas dentro do espaço de discussões públicas processadas pelo *campo ambiental*. Como foi visto, entretanto, mesmo que os agricultores, eventualmente, sejam chamados a participar de alguns fóruns de discussões, estes se encontram em uma posição muito distante, quase no limite da capacidade de influenciar nas lutas dentro do campo. Todavia, para entender esta condição peculiar dos agricultores, é preciso considerar também outros dois aspectos relativos à problemática ambiental nos agro-eco-sistemas: seu caráter ao mesmo tempo processual e experiencial. O meio ambiente, enquanto espaço dinâmico e submetido a alterações constantes, não só invoca um sistema idealizado de concepções sobre as causas destas modificações, mas também mobiliza a ação dos agentes sociais envolvidos no evento. A centralidade irá recair portanto, no conjunto de decisões e negociações entre os agentes ligados, direta ou indiretamente, às transformações do meio provocadas pela ação antrópica. O resultado destas negociações visam impor (através dos diferentes discursos) um determinado tipo de interpretação da problemática ambiental, resultando, também, na escolha das práticas legítimas de uso dos recursos naturais. Como este debate e suas determinações não permanecem estáticos (daí o caráter processual), estarão sempre sendo construídos novos conflitos e demandas pelos agentes, sendo que, neste caso, o debate promovido no interior do *campo ambiental* tem papel decisivo na “oferta” de novos problemas.

Por outro lado, o meio ambiente, enquanto espaço vivenciado pelo agricultor, encontra-se na esfera do privado, pois será efetivamente através das suas experiências no espaço da unidade de produção que estes agentes irão vivenciar e se relacionar com o meio ambiente. Ou seja, é fundamentalmente neste espaço que o agricultor trabalha, descansa, se alimenta, interage com os demais integrantes da família, enfim, extrai as condições (materiais e simbólicas) necessárias à garantia da sua sobrevivência. Em decorrência disso, é lógico que estas pessoas irão estabelecer um vínculo muito forte tanto com os componentes humanos (a família) da unidade de produção, mas também com os demais dispositivos não-humanos presentes (a terra, as plantas, os cursos d’água, os animais, a casa e demais componentes naturais ou mesmo artificializados pelo homem). Portanto, isto significa que, por trás desta vivência, está em funcionamento todo um dispositivo relacionado à construção de uma *cosmologia* pelo agricultor, ou seja, de um modo de perceber a realidade (e a problemática ambiental) e de descrever o mundo e as coisas que dele fazem parte. Essa forma de pensar o mundo, obviamente, será muito distinta da maneira como é apresentada pelos mediadores sociais (isto sem falar que, mesmo entre os agricultores, este processo é também amplamente diversificado).

Neste sentido, será justamente o estado distanciado dos agricultores e mediadores frente ao processo de geração de novas demandas sobre a preservação do meio ambiente que faz com que estas novas determinações acabem não sendo vistas como pertinentes por grande parte dos agentes nos agro-eco-sistemas. Daí, até a desqualificação total destas idéias e dos seus defensores, é um passo. Entretanto, será neste ponto que os mediadores sociais ganham importância. Isto, porque, além do fato da sua interferência se dar, na maioria dos casos, diretamente sobre os agricultores, estes agentes, muitas vezes, são os encarregados de “levar” e trazer as demandas, inquietações e reivindicações dos agricultores às instâncias mais amplas de debate. Situados estrategicamente entre o “universo rural” e o “universo exterior”, estes se revelam, na maioria das vezes, aqueles indivíduos encarregados de fazer a “ponte” entre os agricultores e as demandas da sociedade, agendas oficiais, normas institucionais, legislação etc. Servem, em última análise, “*de ligação entre os ‘pequenos’ pedaços socioeconômicos e culturais que são as comunidades, as associações [os agricultores] e outros grupos, de uma parte, e o mercado (...) e o político (as representações políticas do social), de outra*” (Almeida, 1999, p.23). Esta característica se deve muito ao fato de que, ao mesmo tempo que os mediadores sociais mantêm um contato direto com a realidade dos agricultores e com o agro-eco-sistema do qual fazem parte, eles também possuem possibilidades mais eficazes de comunicação, mesmo que, às vezes, também incipientes, com os canais oferecidos pelas esferas públicas em que são discutidos os grandes temas sobre meio ambiente. Em decorrência disso, será em boa parte através destes “portavozes” (além dos próprios agricultores, é claro) que a problemática ambiental chega com mais força, por exemplo, a outros agentes do *campo ambiental*, tais como os meios de comunicação (jornais, rádio, televisão, revista etc.); o legislativo (municipal, estadual e federal); as Secretarias e Ministérios de Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente; as organizações ambientalistas e fiscalizadoras como o Ibama, SEMA, Fepam/RS e Patram; as instituições de assistência técnica como a Emater/RS e, ainda, outras Organizações Não-Governamentais. Entretanto, a despeito desta capacidade de canalizar certas demandas junto aos espaços públicos, os mediadores sociais não funcionam apenas como uma espécie de eco dos agricultores. Pelo contrário, eles reinterpretam, a partir das suas histórias passadas e das experiências vividas nos agro-eco-sistemas e fora deles, os discursos dos demais agentes sociais. Esta “hermenêutica”, evidentemente, nem sempre irá condizer com os reais interesses de seus interlocutores, o que será um desencadeador importante de conflitos. Ainda mais considerando que há, em um agro-eco-sistema, toda uma diversidade de tipos e grupos de agricultores e mediadores sociais, todos com necessidades diferentes, condições econômicas e sociais distintas,

culturalmente distanciados e vivendo (os primeiros) em unidades produtivas com características ecológicas muito dessemelhantes. Além do que, muitas vezes, o próprio mediador é também um agricultor, o que complica ainda mais a situação, pois este agente terá interesses muito particulares a serem colocados em jogo.

Na verdade, no centro desta situação, encontram-se encobertos alguns elementos que incidem diretamente no processo de polarização da problemática ambiental nos agro-eco-sistemas e que, em parte, explicam certas situações de conflito que lá são geradas. Um deles é o fato de os mediadores sociais estabelecerem uma relação de poder junto aos agricultores. Quer dizer, considerando que, na maioria das vezes, as ações potencializadas pelos mediadores sobre estes agentes são legitimadas pelo *senso comum* como sendo detentoras de um “maior” e “melhor” saber, ou seja, um conhecimento “competente”, obviamente a intensidade e o sentido da interferência originada entre ambos será quantitativa e qualitativamente diferenciada em favor dos primeiros. Neste caso, a formação das visões de mundo dos agentes sociais em um agro-eco-sistema configura-se a partir da polarização originada do confronto de dois modos de perceber a realidade muito distintos, a saber, o *tradicional* e o *técnico-científico-moderno*: “*De um lado, está o saber acumulado das populações tradicionais sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte de madeira, da pesca, sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais, as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano, tendo em vista a conservação das espécies. De outro lado, está o conhecimento científico, oriundo das ciências exatas que não apenas desconhece, mas despreza o conhecimento tradicionalmente acumulado. Em lugar da etnociência, instala-se o poder da ciência moderna, com seus modelos ecossistêmicos, com a administração ‘moderna’ dos recursos naturais, com a noção de capacidade de suporte baseada em informações científicas (na maioria das vezes insuficientes)*” (Diegues, 1996, p.69).

Mesmo que o processo inverso possa ocorrer, pois os mediadores acabam também sendo incorporadas na sua maneira de ser certas formas de pensar e de agir características dos agricultores, como regra geral, a correlação de forças revela-se claramente desigual. Porém, além das relações de dominação ligadas estritamente às posições concretas ocupadas pelos mediadores, estão atuando também outros tipos de poder emplastados na continuidade de vínculos *diádicos* que se reproduzem entre mediadores e agricultores. Mesmo nas localidades rurais onde as características da modernidade já estão fortemente presentes, estas relações não são marcadas somente por um contrato formal e explícito entre os agentes participantes. Desta forma, a confiança que se estabelece entre ambos inclui (além deste contrato explícito) uma relação informal, paralela e que envolve dimensões suplementares e não facilmente reconhecíveis. Ou seja, existem ainda outros tipos de mediação que, na maioria das vezes, revelam características clientelistas e paternalistas. Isto, porque, na grande maioria dos agro-eco-sistemas, o cenário ainda é aquele onde a estrutura das alianças verticais (patrão-cliente) prepondera, fazendo com que os agricultores permaneçam subordinados ou muito dependentes daqueles que detêm o poder simbólico incorporado em relações que envolvem certos dispositivos de reciprocidade, fidelidade, lealdade, carisma e confiabilidade (Landé, 1959)<sup>10</sup>. Como conseqüência, muitos agricultores se vêem “presos” em um tipo de relação subjetiva, mas autoritária junto aos mediadores e que irá se traduzir em posturas sobre a problemática ambiental que são muito mais oriundas das concepções ideológicas destes mediadores do que propriamente dos agricultores.

No caso dos mediadores, isto é relativamente fácil de perceber, por exemplo, nas variadas formas de atuação dos grônomos e demais extensionistas encarregados de atender a os agricultores de uma região. É certo que estes técnicos não são capazes de atender a todos os agricultores. Com isso, além das impossibilidades técnicas, humanas e de infraestrutura, estes mediadores acabam “escolhendo” alguns grupos de agricultores que eles julgam mais “apropriados” para trabalhar. Esta “escolha” deverá ser feita conforme as diretrizes da empresa, é verdade, mas também será pensada segundo certos parâmetros pessoais ligados diretamente às relações que mantêm com os agricultores. Em outras palavras, a preferência do extensionista para trabalhar com este ou aquele agricultor (e que se efetiva, geralmente, junto aquele agricultor com uma maior capacidade de responder adequadamente as inovações propostas); a identificação de um educador ambiental que visa desenvolver um trabalho de conscientização com esta ou aquela família; ou, ainda, a predileção de um agente ligado a algum órgão ambiental pelos agricultores agroecológicos, por exemplo, não é um processo estritamente racional, mas obedece, também, a uma lógica subjetiva. A cumplicidade entre ambos, a reciprocidade das ações, o carisma do agricultor (ou do mediador), entre outros fatores, acabam gerando uma espécie de contrato implícito em que reinam relações mais ou menos voluntárias e difusas entre os agentes sociais. Sendo assim, aqueles agricultores que não conseguem estabelecer esta condição de identificação com o técnico, o educador ou o ambientalista, enfrentarão maiores dificuldades de acesso, por exemplo, a informações técnicas relativas à possibilidade de manejos “ecológicos” dos recursos naturais existentes na sua unidade de produção. Do lado dos agricultores, estes também fazem uso de relações informais (diádicas) para responderem às necessidades trazidas pela problemática ambiental. Ao serem obrigados a absorver o debate público sobre a questão ecológica, as famílias rurais reelaboram este debate a partir da capacidade de resposta inscrita nos seus *habitus*. É com base nestes valores e representações que os agricultores irão elaborar o seu *repertório discursivo*, por exemplo, sobre a ecologia, as queimadas, os desmatamentos e os problemas de desbarrancamento de terra. Além disso, suas reações aos discursos apresentados por mediadores que lhes são estranhos ou com quem mantêm muito pouco contato, serão totalmente diferentes do que no caso de mediadores mais próximos. Neste sentido, para o caso da formação de novos significados sobre a problemática ambiental, poder-se-iam questionar as diferenças na qualidade da influência de um padre, por exemplo, em comparação a um fiscal da Patram sobre um agricultor católico e que frequenta a paróquia cotidianamente. Ou, ainda, o grau de abertura de um extensionista que acompanha semanalmente a produção de um horticultor, em relação a um educador ambiental do qual este último só ouviu falar por intermédio de outros agricultores e mediadores. Ou, inversamente, o nível de “palatabilidade” do discurso dos chamados “atravessadores” aos ouvidos de um agricultor agroecológico. Como é de se esperar, ao se comunicarem

com os mediadores, suas respostas aos problemas ambientais apresentados objetivamente por estes últimos serão diferenciadas e dependentes do tipo de relação existente entre ambos. Mais ainda, os agricultores irão construir novas alternativas de resistência que modificam as determinações do *campo ambiental* e as requisições de caráter mais imediato dos mediadores.

Portanto, pode-se perceber, neste quadro complexo de inter-relações pessoais e impessoais em torno das questões ecológicas, um dos componentes centrais da problemática ambiental nos agro-eco-sistemas. Esta ascensão mais propriamente de caráter político dos mediadores sobre os agricultores pode ser largamente percebida empiricamente, especialmente quando se olha para as relações entre os administradores locais e os agricultores e entre estes últimos e outros agricultores-mediadores que também desempenhavam funções burocráticas ou estratégicas no agro-eco-sistema. Aí, toda uma série de artifícios se revelavam no dia-a-dia destes agentes como, por exemplo, nos churrascos patrocinados por mediadores (principalmente durante as campanhas políticas); nas visitas estratégicas feitas, de tempos em tempos, aos agricultores; nas “cervejas” e “purinhas” pagas nos bares de uma certa localidade; enfim, em todas aquelas atitudes e situações meramente *populistas* que um “bom patrão” estabelece com o seu cliente. Por outro lado, mais dramático ainda se torna este fenômeno para os agricultores, caso ambos os mecanismos de dominação (o objetivo, através do discurso técnico-científico “competente”, e o subjetivo, com a manutenção de relações *diádicas*) vierem atuar simultaneamente. Isto, porque um mediador pode estar incumbido de legitimidade técnica (caso do extensionista), científica (caso do pesquisador) ou ainda político-burocrática (caso dos administradores e legisladores) e, ao mesmo tempo, estabelecer alianças do tipo “face a face” com os agricultores para impor a estes agentes suas perspectivas individuais sobre a problemática ambiental. Mesmo que um mediador busque, consciente ou inconscientemente, manter uma postura não totalitária e que vise ampliar a participação dos agricultores na escolha e tomada de decisão sobre como responder às demandas ambientais, este processo irá envolver, necessariamente, algum tipo de relação de poder. Mas, além destes dispositivos, um outro agravante vem complicar ainda mais a situação dos agricultores, fazendo despertar mais situações de indisposição entre estes dois grupos sociais. É o fato dos mediadores não correrem o risco direto das escolhas feitas, pois será o agricultor que irá recolher os benefícios ou as eventuais perdas decorrentes de aceitar, ou não, as determinações provenientes dos mediadores. No limite, apesar da interferência dos mediadores se dar diretamente sobre os agricultores, esta influência pode colocar em jogo a própria reprodutibilidade do(s) seu(s) sistema(s) produtivo(s) (o que inclui a reprodução a curto prazo da família). Quer dizer, a atuação do mediador pode levar ao aumento ou à redução da sua “qualidade de vida”, mas pode até mesmo inviabilizar sua continuidade no decorrer do tempo. Sobre este componente qualitativo da ação dos mediadores, é oportuna e emblemática a análise feita por Galbraith (1979 *apud* Abramovay, 1992, p.87) sobre como a imposição de certas inovações pelos técnicos podem representar conseqüências perversas para o agricultor:

*“Toda inovação envolve risco, ou supõe-se que envolva um certo risco (...). Mas o risco, no presente contexto, tem um caráter especial de premência. Para o agricultor próspero do Ocidente um prejuízo na colheita significa perda de renda. Isso é desagradável, mas nem sempre acarreta perda física e, certamente, nunca da própria vida (...). Para a família, entretanto, que vive no limite estreito da subsistência, o prejuízo na colheita significa a fome, possivelmente a morte.”*

Note-se que, embora tal avaliação tenha sido feita para o caso dos processos de modernização, esta situação pode perfeitamente ser estendida às conseqüências de certas restrições ambientais. Durante a década de 70, os agricultores eram quase que “catequizados” pelos extensionistas a adotarem certas práticas “modernas” de produção, visando aumentar a produtividade das novas *comodities* agrícolas exportáveis (soja, milho, algodão, café, cana-de-açúcar, etc.). Hoje, são encaminhados, “participativamente”, a adotarem manejos “ecológicos” (ou talvez se deva dizer agroecológicos) ou que visem a algum tipo de preservação do meio ambiente. No entanto, mesmo que seus resultados para a conservação dos recursos naturais sejam qualitativamente opostos, em um certo sentido, estas “novidades” são tão estranhas aos agricultores quanto aquelas impostas durante o período de modernização conservadora da agricultura. Um segundo mecanismo com forte influência sobre a dinâmica dos agro-eco-sistemas e que, de certa forma, vem complementar o que já foi falado, refere-se às várias possibilidades de interpretação da realidade feita simultaneamente a partir das designações mais gerais originárias do *campo ambiental*, da própria sociedade (via mídia ou Estado, por exemplo) e dos dispositivos intrínsecos e inerentes à cultura local onde estão imersos os agentes sociais. Pensando-se assim, logicamente a atuação dos mediadores irá depender das leituras feitas por eles sobre a situação dos agricultores, suas necessidades, seus diferentes potenciais e sobre as condições ecológicas objetivas e específicas dos agro-eco-sistemas. Por outro lado, também será fruto das experiências e do contato com conhecimentos disponibilizados pelo ambiente externo à realidade agrária da qual fazem parte (através de visitas, viagens, cursos, palestras e objetivos programáticos e estratégias de atuação previstos pelas instituições a que pertencem). Já quanto aos agricultores, sua principal característica será, como anteriormente mencionado, a infinita heterogeneidade. Ao contrário da concepção arraigada e comum que julga estes agentes como sendo “todos iguais” e, entre tantos outros termos depreciativos, indivíduos conservadores, rudes ou com um conhecimento inferior, estes se encontram inseridos, na maioria das vezes, em contextos históricos, geográficos, produtivos, socioculturais, econômicos, políticos e simbólicos muito ricos e diferenciados. Esta condição verdadeiramente plural de organização faz com que estas famílias apresentem uma gama diversificada de percepções e ações (o que inclui aquelas relacionadas à natureza e ao meio ambiente) que, muitas vezes, podem, também, traduzir-se em ações interessantes do ponto de vista da preservação do meio ambiente e da biodiversidade destes espaços. Além disso, como os agricultores possuem um passado recente em que a lógica da moderna produção ainda não estava presente (mesmo no caso daqueles considerados com “maior capacidade de resposta”), estes continuam carregando



consigno parte destas experiências e as mesclam com as novas demandas ecológicas impostas a partir do *campo ambiental*. Será justamente deste amálgama multifacetado que novos comportamentos, ações e representações da realidade (qualitativamente distintas dos mediadores sociais) poderão surgir. Portanto, ao serem requisitados a incorporar normas de conduta que lhes eram anteriormente estranhas sobre aspectos ligados à preservação ambiental e à conservação da natureza, os agricultores reelaboram estes princípios, adequando-os às suas realidades. E, como consequência, este tipo de leitura diferenciado feito pelos agricultores sobre os temas ambientais implicará sérias divergências de concepções, as quais se traduzem nos debates e conflitos junto aos mediadores e demais agricultores. Um exemplo típico disto pode ser verificado através do caso da tentativa de introdução de novas práticas agrícolas ou ecológicas ou ainda agroecológicas recentemente propagadas pelo governo do Estado. Visando implantar tais diretrizes, toda uma série de investimentos foram feitos em campanhas publicitárias, no redirecionamento do ensino educacional “estatal” no sentido de sensibilizar os filhos de agricultores, na qualificação e reconversão ecológica de novos técnicos, na reordenação de prioridades das organizações que atuam no meio rural (como ocorre agora na Emater/RS e na Fepagro/RS), na geração de novas tecnologias e criação de linhas de financiamento para sistemas menos impactantes ou “alternativos”, na criação e implantação de novos parques e reservas, na maior rigidez da fiscalização ambiental, na elaboração de normas e leis ambientais, entre outras estratégias. Apesar dessa maciça campanha governamental, as adequações que elas sugerem não ocorrem de forma passiva, sendo, portanto, motivo de uma certa “apropriação criativa” e que gera outras formas de interação homem-natureza não programadas e esperadas pelos “estrategistas” governamentais. Do mesmo modo, apesar desta nova relação ser agora distinta das percepções/ações anteriores, pode estar, também, longe daquilo que os planejadores previam anteriormente em termos de desenvolvimento regional ou rural e, mais ainda, para o caso dos agricultores. Muito deste fenômeno ocorre devido à dinâmica interna que é própria de cada agro-eco-sistema. Neste sentido, qualquer pequena localidade ou comunidade possui uma cultura particular, uma lógica econômico-produtiva específica, uma organização social e política peculiar, enfim, um “capital social” próprio. Portanto, as reações dos indivíduos (o que inclui os agricultores) que lá vivem serão, igualmente, consequência das microrrelações estruturais e políticas que se desenrolam nas próprias famílias, nas comunidades, localidades, regiões e, evidentemente, nos agro-eco-sistemas como um todo. Dito isto, fica claro que a introdução, nestes espaços, de novos fatores que visam preservar os recursos naturais não é um fenômeno que ocorre tranquilamente, como se fosse uma estrada reta e única a ser seguida passivamente pelos agricultores e mediadores. Pelo contrário, a passagem de um modo de produção essencialmente *produtivista* ou ainda *tradicional* para outro que tenta inserir novos e inéditos aspectos “ecológicos”, é um processo imprevisível e não automático. Este irá depender de uma complexa rede de fatores (macros e micros) combinados e que irão ditar as possibilidades que se abrem para os agentes sociais os quais vivem nas diferentes realidades que formam os agro-eco-sistemas. Desta forma, as transformações decorrentes são “objeto de uma luta constante entre agentes que ocupam posições diferentes no espaço social, com diferentes interesses e dispondo de meios socialmente desiguais (...)”. A transformação não é dada nem conhecida “a priori” (Garcia Jr., 1989).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Projeto de pesquisa *Interrelações entre as transformações demográficas e a agenda social*. FEA e PROCAM/USO. São Paulo: Rio de Janeiro, 1999.
- ALMEIDA, Jalcione. *A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- ALPHANDÉRY, Pierre et alli. *O Equívoco ecológico*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalinas*. Oeiras : Celta Editora, 1998a.
- CARNEIRO, Maria. J. T. Ruralidade: novas identidades em construção. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n.11, 1998.
- CARVALHO, Isabel. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. Porto Alegre : Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001.
- DIEGUES, Antonio C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 2ºed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.
- FUS, Mario. Arenas de debates públicos: conflitos ambientais e emergência de meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: v.41, nº1, 1998, p.87-113.
- GARCIA JUNIOR, Afrânio R. *O sul: caminho do roçado: estratégia de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- GONÇALVES, Carlos W. P. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 6ºed. São Paulo: contexto, 1998.
- GERHARDT, Cleyton; MIGUEL Lovois. Realidade agrária do município de Maquiné e agricultura familiar: reflexões sobre uma experiência de diagnóstico interdisciplinar. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL. RIO DE JANEIRO, X (30 de julho a 5 de agosto de 2000 : Rio de Janeiro). *Anais...* Rio de Janeiro : IRSA, 2000.
- GERHARDT, Cleyton; Almeida, Jalcione. Extensão Rural no Processo de Transformação da Agricultura e na Busca de Alternativas para o Desenvolvimento Rural. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, X. (1998 : Porto Alegre) *Anais...* Porto Alegre : UFRGS, 1998.
- GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura*. São Paulo : Brasiliense, 1982.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo : Martins Fontes, 2000.  
HILGARTNER, Stephen; BOSK, Charles L. Ascensão e queda dos problemas sociais: um modelo de arenas públicas. Livre tradução feita por MOURA, L. G. V. Porto Alegre: fevereiro de 2001.  
LANDÉ, C. H. Introduction: the dyadic basis of clientelism. p. 13-38 In: SCHMIDT, S. W. et. al. (eds.). *Friends, followers and factions: a reader political clientelism*. Berkeley : University of California Press, 1977.  
LATOURETTE, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo : Editora 34, 1994.  
MORIN, Edgar. *O método: o conhecimento do conhecimento*. São Paulo : Europa-América, 1986.  
WOLF, Eric. *Guerras camponesas do século XX*. São Paulo : Global, 1984.

<sup>1</sup> Cleyton Henrique Gerhardt, Eng. Agrônomo, mestrando do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural / UFRGS. E-mail: Cleyton@vortex.ufrgs.br

<sup>2</sup> Jalcione Pereira de Almeida, Professor pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural / UFRGS. E-mail: Jal@vortex.ufrgs.br

<sup>3</sup> O conceito de *campo ambiental* adotado neste trabalho, segue a perspectiva adotada por Carvalho (2001, p.19), segundo a qual, “*com a noção de campo ambiental interessa circunscrever certo conjunto de relações sociais, sentidos e experiências que configuram um universo social. (...) a noção de campo social evoca um espaço relativamente autônomo de relações sociais historicamente situadas, que produz um certo conjunto de valores, uma ética, traços identitários de um sujeito ideal, naturaliza certos modos de ver e se comportar que põem em ação as regras do jogo do campo. Enquanto um espaço estruturado e estruturante, o campo ambiental inclui uma série de práticas políticas, pedagógicas, religiosas e culturais, que se organizam de forma mais ou menos instituídas seja no âmbito do poder público, seja na esfera da organização coletiva dos grupos, associações ou movimentos da sociedade civil; reúne e forma um corpo de militantes, profissionais e especialistas; formula conceitos e adquire visibilidade através de um circuito de (...) posições sobre temas ambientais*”.

<sup>4</sup> Em nível Federal, de 1900 até 1970, foram criadas somente cerca de 14 “áreas protegidas”. Em menos de vinte anos, de 1970 a 1990, surgiram, entre parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas e áreas de proteção ambiental, outras 69 unidades de conservação (Diegues, 1996, p.16).

<sup>5</sup> O conceito, adotado aqui, de agro-eco-sistema, requisita o estabelecimento de um elo de ligação entre biologia e antropologia e no qual contribuem, evidentemente, ecologia, agronomia, sociologia e geografia. Isto, porque a separação dos prefixos e termos “agro”, “eco” e “sistema” não representa uma mera extravagância lingüística, mas preconiza considerar, ao mesmo tempo, tanto aspectos ligados à cultura (agro), ao meio natural e biofísico (eco), como também às complexas interações que se processam, no tempo e no espaço, entre estes dois ambientes/espaços (sistema). Em síntese, implica igualmente considerar o agro-eco-sistema como um espaço aberto e dinâmico por onde perpassam contínuos fluxos de entrada e saída; estes fluxos, além de físicos, químicos e biológicos, são compostos ao mesmo tempo também por aspectos relacionados ao poder político instituído, às representações e simbolismos socialmente construídos pelos agentes e às estruturas sociais existentes. <sup>6</sup> Faz-se necessário desde já definir mais precisamente o universo que, nesta pesquisa, integra estes dois grupos sociais. Quanto à concepção de agricultores familiares, esta se refere a uma caracterização ainda bastante genérica de uma categoria social extremamente heterogênea, o que não permite apresentar uma conceitualização única. Isto, porque a forma que esta noção irá assumir dependerá fundamentalmente da diversidade de situações impostas pelas características próprias do ambiente onde se encontra inscrita, bem como pela maneira como está organizada a sociedade em seu entorno. Entretanto, para efeitos de análise, considerar-se-á aqui a agricultura familiar à luz dos parâmetros identificados na literatura por Abramovay (1999, p.3), para o qual existiriam três características básicas que podem ser encontradas nas diferentes definições sobre esta categoria, sendo elas o fato da gestão, da propriedade e da maior parte do trabalho serem atribuídos à família, ou seja, “*a indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento*”. Já no caso dos mediadores sociais, estes seriam todos aqueles agentes sociais que estabelecem algum tipo de relação com os agricultores, englobando desde técnicos extensionistas, lideranças sindicais e regionais, até indivíduos que mantêm algum tipo de vínculo comercial (atravessadores e donos de entrepostos comerciais) ou pessoal (amigos e parentes próximos que vivem na cidade ou povoado próximo aos estabelecimentos agrícolas) ou mesmo intelectual (como pesquisadores, por exemplo).

<sup>7</sup> Sobre isto, ver Gerhardt e Almeida (1998).

<sup>8</sup> Sobre este último tema, consultar Gerhardt et. Alli (2000).

<sup>9</sup> Segundo Landé ((1959, p.2), “*uma relação diádica, no seu sentido de ciência social, é uma relação direta envolvendo alguma forma de interação entre dois indivíduos. A palavra-chave nessa definição é direta. Implica ligação pessoal. Distingue uma diádica de uma relação na qual dois atores estão ligados um ao outro indiretamente como uma consequência do fato de ocuparem lugares ou posições que estão interligados ou de serem membros de um mesmo grupo.*”

<sup>10</sup> Segundo este autor, uma aliança vertical “*é uma aliança entre duas pessoas de status, de poder ou recursos desiguais que acham útil ter como aliado alguém superior ou inferior a si mesmos*” (Landé, 1959, p.26).